



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

CARACTERÍSTICAS DAS COMISSÕES DE AUDITORIA E
SUBSTITUIÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

DUARTE RIBEIRO DOS SANTOS PAIS NUNES

OUTUBRO-2021



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO

CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**CARACTERÍSTICAS DAS COMISSÕES DE AUDITORIA E
SUBSTITUIÇÃO DO AUDITOR EXTERNO**

DUARTE RIBEIRO DOS SANTOS PAIS NUNES

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO
MORAIS**

OUTUBRO-2021

Resumo

Ao longo dos anos, tem-se registado um crescente interesse pela área de auditoria e pelos auditores, em parte, devido ao facto de num passado ainda recente ter havido vários escândalos financeiros, com consequências relevantes para a sociedade no seu todo.

Nesse sentido, para além de legislação se ter adaptado, procurando combater diversas formas de corrupção, também têm sido desenvolvidos estudos sobre estas temáticas, com o intuito de compreender quais os fatores que contribuem para uma melhor qualidade da auditoria.

O objetivo deste trabalho é identificar as características das comissões de auditoria que poderão influenciar a substituição do auditor externo numa empresa.

Para tal, foi utilizada uma amostra final com 95 observações, de empresas pertencentes ao índice FTSE 100, ou seja, as maiores empresas cotadas na bolsa Londres.

De acordo com os resultados da regressão logística, constatou-se que a probabilidade de uma comissão de auditoria substituir o auditor externo diminui à medida que aumenta a diversidade de género da comissão, aumenta o número de reuniões realizadas pela comissão e também à medida que a percentagem de participação nessas reuniões é maior.

Por outro lado, a probabilidade de substituir o auditor externo é tanto maior quanto maior for a dimensão da comissão de auditoria.

Palavras-Chave: Comissão de auditoria, seleção do auditor externo, diversidade de género, experiência financeira, dimensão da comissão de auditoria, independência, número de reuniões, participação

Abstract

Over the years, there has been a growing interest in auditing and auditors, partly since in the recent past there have been several financial scandals that had consequences for society as a whole.

In this sense, in addition to the fact that legislation has been adapted in order to try to combat various forms of corruption, studies have also been carried out on these themes, in order to try to understand which factors contribute to better audit quality. The major objective of this work is to identify the characteristics of audit committees that may influence the replacement of the external auditor in a company.

For this purpose, a final sample with 95 observations was used, from companies belonging to the FTSE 100 index, that is, the largest companies listed on the London stock exchange.

According to the results of the logistic regression, it was found that the probability of an audit committee replacing the external auditor decreases as the gender diversity of the committee increases, as the number of meetings held by the committee increases and also as the percentage of attendance at these meetings is higher. The likelihood of replacing the external auditor, on the other hand, increases as the size of the audit committee increases. Finally, in relation to the financial experience of the audit committee, this proved not to be statistically significant, i.e., it will not influence the replacement of the external auditor.

Keywords: Audit Committee, external auditor's selection, gender diversity, financial experience, audit committee size, independence, number of meetings, attendance

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à Professora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais, que durante todo este percurso de elaboração do trabalho final de mestrado, esteve sempre disponível para me apoiar, respondendo às várias dúvidas que ia tendo e fazendo sempre as necessárias críticas construtivas e recomendações, que foram fundamentais para conseguir manter até ao fim um nível de rigor elevado.

Quero também agradecer aos meus pais e à minha avó Teté, que me permitiram ter as melhores condições em Lisboa, o que foi fundamental para fazer o meu percurso académico. Também deixo uma palavra à minha irmã Madalena, que me deu o seu apoio, quando necessário.

Por último, mas claramente não menos importante, deixo um especial agradecimento à minha namorada, Babá, que desempenhou um papel fundamental neste processo, não só teve a coragem de me aturar durante este período, como também se transcendeu na ajuda que me deu.

Índice de tabelas

Tabela I - Variance Inflation Factor (VIF)	16
Tabela II - Composição da Amostra por Setor de Atividade	17
Tabela III - Estatística Descritiva – Amostra Total.....	18
Tabela IV - Estatística Descritiva -Amostra Dividida.....	19
Tabela V - Teste T à Igualdade de médias	21
Tabela VI - Matriz de Correlação de Pearson	22
Tabela VII - Resultados do Modelo <i>Logit</i>	24

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de tabelas	iv
1. Introdução	1
2. Revisão de literatura	3
2.1. Comissão de auditoria	3
2.2. Auditor externo	4
2.2.1. Teoria da aprendizagem social e normas sociais	4
2.2.2. Seleção do auditor externo	5
2.3. Características da comissão de auditoria e a seleção dos auditores	6
2.3.1. Composição da comissão de auditoria	6
Género	6
Experiência financeira.....	8
Dimensão	10
Independência	11
2.3.2. Performance da comissão de auditoria.....	12
Número de reuniões	12
3. Metodologia e Amostra	13
3.1. Metodologia	13
3.2. Descrição da amostra	16
4. Resultados Empíricos	17
4.1. Estatística Descritiva	17
4.2. Matriz de Correlação	22
4.3. Análise dos Resultados	23
5. Conclusões, Limitações do Estudo e Pistas de Investigação Futura	26
6. Referências Bibliográficas	29

1. Introdução

Ao longo dos anos tem havido um crescente interesse pela área de auditoria e pelos auditores. Este fenómeno tem origem, em parte, nos vários escândalos financeiros que já trouxeram grandes implicações, tanto para várias empresas como para a sociedade no seu todo, lesando desse modo acionistas, credores e contribuintes por todo o mundo.

Como tal, de forma a tentar combater diversos problemas desta índole, tem-se registado ao longo dos anos um aumento do escrutínio às contas das empresas e ao trabalho realizado pelos auditores, a fim de garantir a legalidade destas questões financeiras, bem como a sua cada vez maior transparência aos olhos de quem as analisa.

Assim, nas últimas décadas, têm surgido cada vez mais estudos nesta área, nos quais são analisados diversos fatores, com o objetivo de determinar qual ou quais contribuem para uma melhor qualidade da auditoria.

Aliado a estes estudos, o contexto legal dos vários países também tem sofrido alterações, no sentido de assegurar que se verifica, de facto, um aumento na qualidade das auditorias e da transparência das informações financeiras.

Apesar de nas últimas décadas ter havido um aumento de investigação nesta área, a literatura ainda é escassa, no que diz respeito ao *Corporate Governance*, mais concretamente, na relação do órgão de fiscalização, neste caso a comissão de auditoria, e a seleção do auditor externo, que como se sabe, é umas das funções de maior responsabilidade desempenhadas pela comissão de auditoria.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar de que forma as características das comissões de auditoria, no que toca à composição (diversidade de género; experiência financeira; dimensão da comissão de auditoria) e *performance* (número de reuniões anuais; participação média nas reuniões) influenciam a substituição do auditor externo.

Este estudo baseou-se numa amostra final constituída por 95 observações de empresas cotadas no índice FTSE 100, ou seja, as 100 maiores empresas da bolsa de Londres. Dado que a variável dependente é binária (substituiu, ou não substituiu o auditor externo), o modelo desenvolvido foi uma regressão logística, de modo a testar as várias características das comissões de auditoria.

Os resultados do estudo vão parcialmente de encontro às hipóteses formuladas. Ficou comprovado que, quando a diversidade de género na comissão de auditoria é maior, então há uma menor probabilidade de substituir o auditor externo. Também ficou demonstrado que as comissões de auditoria de maiores dimensões estão associadas a uma maior probabilidade de substituir o auditor externo. Para além disso, comprovou-se que um maior número de reuniões realizadas pela comissão está associado a uma menor probabilidade de substituir o auditor externo na empresa e o aumento da percentagem média de participação nessas reuniões também diminuirá a probabilidade de substituição do auditor externo. Por fim, ao contrário do que era esperado, a experiência financeira não parece influenciar as decisões sobre a substituição do auditor, visto não se ter mostrado estatisticamente significativa.

Neste sentido, este estudo ajuda a enriquecer a literatura sobre *Corporate Governance*, mais concretamente, ajuda ao dar a conhecer os resultados que demonstram a existência de características dos membros das comissões de auditoria, capazes de influenciar a substituição do auditor externo. Além do mais, e visto que a literatura sobre este tópico não é muito vasta, estes resultados podem ser utilizados pela gestão das empresas, com a finalidade de potenciar as relações entre as comissões de auditoria e o auditor externo, o que poderá trazer benefícios relacionados com a qualidade da auditoria.

Este estudo foi estruturado sob a forma de cinco capítulos. O capítulo seguinte contém a revisão de literatura, onde se faz um pequeno enquadramento teórico da temática abordada e que serve de suporte à formulação e desenvolvimento das hipóteses do estudo. No terceiro capítulo descreve-se a metodologia utilizada e a amostra. Logo de seguida, no capítulo 4, vêm apresentados os resultados. Por último, no quinto capítulo, vêm descritas as diversas conclusões, as limitações e propostas de investigação futura.

2. Revisão de literatura

2.1. Comissão de auditoria

Batista (2009) identifica no seu trabalho três modelos diferentes de *Corporate Governance*. São eles o modelo Latino, o Anglo-Saxónico e o Dualista. Segundo o mesmo autor, uma característica transversal a todos os modelos é o facto de possuírem um órgão de fiscalização¹, contudo este pode adotar diferentes nomes. No caso do modelo Latino designa-se por Conselho Fiscal, no modelo Anglo-Saxónico temos a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas e por fim, no modelo Dualista este órgão de fiscalização designa-se por Conselho Geral e Supervisão.

Segundo Bhasin e Shaikh (2012), nas últimas décadas e a nível internacional, a comissão de auditoria tem-se tornado um importante mecanismo de *Corporate Governance*. Isto deveu-se a um grande aumento das reformulações dos ganhos, por parte de várias empresas com cotação pública, aliado a fraudes nas demonstrações financeiras. De acordo com o FRC Audit Tender Notes (2017), a comissão de auditoria é diretamente responsável pela seleção do auditor externo. De acordo com o SEC (2000), uma das funções mais importantes da comissão de auditoria é garantir a independência do auditor externo, isto vai ser fundamental de forma a garantir a qualidade da auditoria, pois dessa forma minimizam-se as *chances* de algum fator externo influenciar o julgamento do auditor. Como tal, vai assegurar os interesses dos investidores, garantindo uma elevada qualidade da informação financeira divulgada, monitorizando as políticas de escolhas contabilísticas. Em adição, a comissão de auditoria também irá fazer a supervisão de controlos internos e servir como intermediário de comunicação (entre as partes principais do processo de reporte financeiro, isto é, entre o Conselho de Administração, Comissão Executiva, Auditores internos e Auditores externos) (Collier & Gregory, 1999; Goodwin, 2003; Sultana et al., 2014).

Outro papel importante das comissões de auditoria é proteger o auditor externo de despedimento, depois da emissão de um relatório desfavorável (Carcello & Neal, 2003).

¹ Ao longo do trabalho, este órgão de fiscalização irá ser chamado de Comissão de Auditoria.

2.2. Auditor externo

Recentemente, na União Europeia, o ponto 1 do artigo 17.º do regulamento EU 537/2014, alterou o quadro jurídico, impondo um limite de 10 anos de mandato, a partir de 2016, a empresas de auditoria, para empresas listadas na UE (Herranz et al., 2020).

Há vários fatores que poderão influenciar a seleção do auditor externo, por parte das comissões de auditoria, tais como as características das comissões de auditoria (composição e *performance*), como iremos explorar mais à frente. Contudo, no tópico seguinte, Li et al (2017) baseiam-se na teoria da aprendizagem social e na teoria das normas sociais, para desenvolverem o conceito de escritório de auditoria dito de norma social e analisam a sua relação com a seleção do auditor externo.

2.2.1. Teoria da aprendizagem social e normas sociais

Bandura (1977) explica que a teoria da aprendizagem social consiste na aprendizagem através da observação e imitação de outros, que já tenham experienciado situações semelhantes.

A teoria das normas sociais pode ser vista como um conjunto de padrões comportamentais regulares, que são relativamente estáveis num grupo em particular, durante determinado período. Uma norma existe num determinado ambiente social, em que os indivíduos agem de uma certa maneira (Axelrod, 1986).

Resumindo, Li et al (2017) sugerem que as normas sociais evoluem através da aprendizagem social e que as normas sociais desempenham um papel importante, guiando os comportamentos e as escolhas da empresa. Quanto mais fortes forem as normas sociais estabelecidas, mais provável a empresa se conformará com elas.

Um escritório de auditoria denominado como sendo de ‘norma social’ é aquele que atraiu e reteve um grande número de clientes semelhantes nos últimos anos. É importante salientar que a capacidade destes escritórios em reterem clientes semelhantes, é uma evidência para potenciais clientes de que esses clientes semelhantes estão satisfeitos com os serviços do escritório de auditoria. Esta evidência ajuda a diminuir as incertezas acerca da qualidade do serviço oferecido (Li et al., 2017).

2.2.2. *Seleção do auditor externo*

Ficou demonstrado por Abbott & Parker (2000), que as características da comissão de auditoria (independência e atividade) irão levar à escolha de um auditor especialista de uma indústria, que por sua vez é um indicador de qualidade na auditoria, estes normalmente estão associados a maiores honorários, correspondendo por norma a uma percepção de valor.

Por outro lado, há duas grandes razões, segundo Abbott & Parker (2000) pelas quais a administração pode preferir não empregar um auditor especialista em determinada indústria. Em primeiro lugar, consistente com a teoria da agência², podem preferir alguém mais complacente, que vai permitir à gestão ter flexibilidade suficiente para atingir os seus objetivos, enquanto ao mesmo tempo têm credibilidade para fazerem boa figura perante os acionistas. Em segundo lugar, prende-se com o facto de tentar evitar pagar honorários mais elevados associados à condição de especialista.

De acordo com o trabalho de Chen & Zhou (2007), as comissões de auditoria são mais independentes, bem como as que possuem maior experiência, têm maior probabilidade de escolher um auditor externo pertencente a uma das *Big Four*.

Os clientes só vão ter uma visão mais clara dos benefícios recebidos, de determinado escritório de auditoria, depois de experienciarem várias auditorias, contudo a sua seleção tem de ser feita previamente (Li et al., 2017). De acordo com Francis et al (2013), apesar de haver políticas e programas que tentam uniformizar a qualidade dos vários escritórios de auditoria, o que acontece é que um cliente não deve confiar totalmente na afiliação de um escritório de auditoria a uma grande empresa de auditoria nacional, isto porque as auditorias são conduzidas ao nível do escritório, como tal, a qualidade pode variar entre os diversos escritórios de uma determinada empresa de contabilidade nacional.

O estudo elaborado por Li et al (2017), mostrou que a propensão de um cliente escolher um escritório de auditoria denominado como sendo de ‘norma social’, depois de haver

² Segundo Sultana et al (2014) a teoria da agência presume que os mecanismos de governação corporativa, dependentes do ator humano, precisam de ser estruturados de modo a minimizar a capacidade de os agentes agirem de acordo com os seus próprios interesses, em detrimento dos principais (por exemplo acionistas).

a rotação do auditor, está positivamente relacionado com a proporção de pares locais semelhantes, auditados por esse escritório, no período anterior.

Huang & Kang (2018) estudaram a relação entre a reputação das empresas e a escolha do auditor. Descobriram que as empresas com maior reputação têm maior probabilidade de contratar um auditor especialista numa indústria. Estes resultados sugerem que, devido à preocupação em preservar a reputação, as empresas têm grandes incentivos para manter a qualidade dos seus relatórios financeiros, o que por sua vez aumenta a procura por uma auditoria de qualidade.

2.3. Características da comissão de auditoria e a seleção dos auditores

Segundo Abbott & Parker (2000), as características das comissões de auditoria, quanto à sua composição e *performance*, estão relacionadas com a escolha do auditor. Por um lado, porque as comissões que não são independentes da gestão poderão ter incentivos para apoiarem as suas preferências na seleção do auditor. E por outro lado, as comissões que são menos ativas têm menos probabilidade de influenciar as decisões da gestão. Os seus resultados suportam a hipótese de que as comissões de auditoria que são tanto independentes como ativas, estão positivamente relacionadas com a seleção de um auditor especialista numa indústria.

A revisão de literatura, segundo Abbott & Parker (2000) direciona-nos para o facto de as características das comissões de auditoria (composição e *performance*) poderem influenciar a seleção do auditor externo.

2.3.1. Composição da comissão de auditoria

Neste ponto, irá ser abordado especificamente a composição, que de acordo com a literatura podemos subdividir em independência, género, experiência financeira, e dimensão.

Género

Reguladores de vários países têm implementado quotas femininas obrigatórias nas empresas, cujo não cumprimento leva a sanções (Terjesen et al., 2015; Terjesen & Sealy, 2016). Contudo, alguns países, como por exemplo o Reino Unido, optam por uma abordagem voluntária, onde as empresas são obrigadas a adotar e divulgar as suas políticas

de diversidade de género e, em caso de não conformidade, fornecer uma explicação (Financial Reporting Council (FRC), 2018; Securities Market Association, 2015).

Estudos recentes sobre as presidentes das comissões de auditoria dizem que é expectável que monitorizem a gestão eficazmente, o que levará a melhorias na qualidade da auditoria, pois as presidentes são mais prováveis de demonstrar menor tolerância perante comportamentos oportunistas (Srinidhi et al., 2011; Zalata et al., 2018).

O trabalho de Abbasi et al (2020), que consistiu em verificar qual o impacto, que um membro feminino pertencente à comissão de auditoria poderia ter na qualidade da auditoria, foi importante na medida em que conseguiu provar algumas hipóteses sobre a importância da diversificação de género nas comissões. Mais especificamente, mostraram evidências de que tanto as presidentes, como os membros das comissões de auditoria femininos, especialistas em contabilidade, estão relacionadas com um aumento da qualidade da auditoria.

Acerca da diversidade de género nas comissões de auditoria, a literatura anterior demonstra que as mulheres são mais conservadoras financeiramente, mais avessas ao risco do que os homens, possuem um maior grau de ansiedade na tomada de decisões financeiras, além de um desejo maior para usar consultores financeiros (Powell & Anisc, 1997).

Estas diferenças no modo de pensar, em relação a questões financeiras, podem impactar significativamente a contabilidade financeira e a auditoria, particularmente em grupos pequenos, como é o caso da comissão de auditoria. Desse modo, a coesão do grupo pode ficar prejudicada, reduzindo a eficácia e eficiência do processo de tomada de decisão e dos mecanismos de gestão corporativa (Powell & Ansic, 1997; Sultana et al., 2014).

Por outro lado, uma grande diversidade social promove a discussão de diferentes ideias, perspetivas e experiências. A diversidade de género dentro de um grupo poderá melhorar a qualidade das discussões, melhorar a capacidade do grupo em fornecer uma melhor supervisão dos relatórios da empresa. Por consequência, existirá uma redução da probabilidade de práticas fraudulentas pois a comissão de auditoria estará apta para observar um maior espectro de adversidades de contabilidade financeira. Contudo, também poderá reduzir a eficácia do grupo, criando e aumentando uma divisão interna e

restringindo a sua capacidade de agir (Pucheta-Martínez & Fuentes, 2007; Srinidhi et al., 2011; Sultana et al., 2014).

Como tal, visto que os autores têm diferentes opiniões sobre os possíveis efeitos que uma maior diversidade de género terá na comissão de auditoria, a relação desta com a probabilidade de substituir o auditor externo torna-se imprevisível.

Posto isto, formula-se a primeira hipótese do estudo:

H1: Uma maior diversidade de género nas comissões de auditoria está relacionada com uma menor probabilidade de substituir o auditor externo da empresa.

Experiência financeira

O Artigo 26.º, ponto 1, alinha c) do regulamento 537/2014 do Parlamento Europeu, define um «Perito», uma pessoa singular com competências técnicas específicas em mercados financeiros, relato financeiro, auditoria ou outros domínios relevantes para as inspeções, incluindo revisores oficiais de contas em atividade.

Segundo o ponto 11.2, secção II da recomendação da EU 2005/162/EC, “os membros do comité de auditoria devem possuir, coletivamente, uma experiência e formação recente e relevante em termos de gestão financeira e contabilidade de sociedades cotadas, apropriada às atividades da sociedade.” Além disso, segundo o ponto 12.2 da mesma secção e recomendação, “cada administrador deve dedicar às suas funções o tempo e a atenção necessários e deve comprometer-se a limitar o número dos seus outros compromissos profissionais (em especial quaisquer cargos de administrador noutras sociedades) numa medida que garanta o desempenho apropriado das suas funções.”

A experiência financeira da comissão de auditoria vai aumentar a capacidade de a comissão garantir que o trabalho do auditor externo está a ser executado corretamente, pois vai permitir que tenham conhecimento para analisarem diversos pontos dos relatórios, para além disso, vão perceber melhor os julgamentos de auditoria e mediar os desacordos entre o auditor e a gestão (McDaniel et al., 2002).

Ghafran & O'Sullivan (2017) verificaram que a experiência da comissão de auditoria tem um impacto positivo e significativo sobre os honorários de auditoria, sugerindo que esta extensão da experiência financeira da comissão de auditoria aumenta a qualidade da auditoria.

Pomeroy (2010) descobriu que as comissões de auditoria que possuem maior experiência contabilística estão mais aptas a compreender e a escrutinar os relatórios financeiros e problemas de auditoria. Isto pode incentivar os auditores a conduzirem auditorias mais cuidadas e a providenciar relatórios de auditoria mais transparentes.

Zhang et al (2007) descobriram que as fraquezas do controlo interno estão relacionadas frequentemente com uma menor experiência financeira por parte da comissão de auditoria.

Os resultados obtidos por Iyer et al (2013) mostram que, um certificado profissional de contabilidade e experiência numa comissão de auditoria são valorizados pelo BOD (*board of directors*/conselho administrativo), quando designam um membro da comissão como perito financeiro. Por outro lado, experiência como CEO, resulta numa menor probabilidade de ser designado como perito financeiro.

De acordo com os resultados de Lisic et al (2019), uma maior experiência em contabilidade por parte da comissão de auditoria, não só encoraja a deteção e o reporte de fraquezas materiais de controlo interno, como também protege os auditores de despedimento, nas situações em que foi emitida uma opinião adversa.

Como tal, é expectável que as comissões de auditoria que tenham membros que possuam experiência financeira sejam mais propensas a manter o auditor externo. Isto porque, uma maior experiência financeira da comissão de auditoria, vai ser uma importante ferramenta na mediação das relações entre a comissão e o auditor externo, visto que vai permitir aos membros da comissão de auditoria compreender e escrutinar melhor o trabalho do auditor externo, o que o levará a conduzir auditorias mais cuidadas. Em adição, também vão ter mais conhecimentos para perceber os julgamentos de auditoria o que também facilitará a resolução de conflitos entre o auditor externo e a gestão.

Posto isto, formula-se a segunda hipótese do estudo:

H2: Uma maior experiência financeira das comissões de auditoria está relacionada com uma menor probabilidade de substituição do auditor externo da empresa.

Dimensão

Sobre a dimensão da comissão de auditoria, é sugerido que as dinâmicas de grupo e a sua coesão, são potenciadas por comissões com um número de membros menor (Sultana et al., 2014). Segundo Collier & Gregory (1999) e Hillman & Dalziel, (2003), à medida que o tamanho da comissão de auditoria aumenta, tanto o controlo, como a monitorização vão ser prejudicados.

Alguns autores sugerem que comissões de auditoria com um maior número de membros, podem levar a um problema relacionado com a falta de participação ativa por parte de alguns elementos, prejudicando a coesão do grupo e, em último caso, diminuindo a capacidade da comissão em alcançar um consenso importante sobre a monitorização e controlo (Evans & Dion, 1991).

Por outro lado, outros autores, como Kalbers e Fogarty (1993), defendem que as comissões de auditoria de maior dimensão são legitimadas por uma nomeação significativa do conselho de administração e, portanto, são mais propensas a serem reconhecidas como um órgão de autoridade pela função de auditoria interna e externa.

Segundo o trabalho de Herranz et al (2020), a dimensão média das comissões de auditoria, da amostra estudada (empresas cotadas de países europeus, como Reino Unido, Alemanha, França...) é de cerca de 4 pessoas.

Como acabámos de verificar, alguns autores defendem que as comissões de auditoria maiores possam ter alguns problemas de monitorização e controlo, dado ser expectável que haja problemas relacionados com as dinâmicas de grupo e a sua coesão, pois será mais difícil atingir consensos. Outros autores defendem que as comissões de auditoria maiores são legitimadas por uma nomeação significativa do conselho de administração e, portanto, são mais propensas a serem reconhecidas como um órgão de autoridade pela função de auditoria interna e externa.

Visto que os resultados dos estudos anteriores sobre o impacto da dimensão da comissão de auditoria são contraditórios então formulou-se assim a terceira hipótese deste estudo:

H3: *A dimensão das comissões de auditoria está relacionada com a probabilidade de substituir o auditor externo da empresa.*

Independência

Ao longo dos anos, foram desenvolvidos vários estudos onde a questão da Independência foi abordada, temos o exemplo de DeZoort et al (2002), Baysinger & Butler (1985) e Carcello & Neal, (2000, 2003), que demonstram o impacto que a independência tem na auditoria.

DeZoort et al (2002), verificaram que há alguns padrões relacionados com a independência nas comissões de auditoria. Mais especificamente, constataram que a independência das comissões de auditoria está associada a auditores de maior qualidade.

Os diretores independentes não têm vínculos económicos nem psicológicos com a administração/gestão que possam interferir com a sua capacidade de questionar a administração. Para além disso, para os diretores independentes, a preservação/desenvolvimento da sua reputação serve de motivação para melhorarem a monitorização. Por outro lado, os diretores afiliados, vão tendencialmente ter mais incentivos para proteger a gestão, quando existirem situações de disputas com o auditor, pois poderão ter algum tipo de dependência económica ou pessoal com gestão da empresa. Em suma, as comissões de auditoria irão ter uma *performance* inadequada, caso os seus membros não sejam independentes da gestão (Baysinger & Butler, 1985; Carcello & Neal, 2000, 2003).

Houve uma tentativa de inclusão desta variável no modelo. Contudo, foi impossível de estudar a influência que essa variável pode ter na substituição do auditor externo, pois a sua inclusão tornava o modelo inválido. Tal deve-se ao facto de as empresas da amostra serem obrigadas a ter as suas comissões de auditoria compostas por membros independentes, não existindo, desta forma, variabilidade em relação a esta variável. Desta forma não se irá formular qualquer hipótese relativamente à independência.

2.3.2. Performance da comissão de auditoria

Número de reuniões

Acerca da diligência da comissão de auditoria (número de encontros), uma comissão de auditoria mais ativa está mais bem preparada para detetar e prevenir comportamentos oportunistas por parte da gestão, assegurando a integridade dos rendimentos relatados e um aumento da qualidade dos relatórios financeiros (Stewart & Munro, 2007; Vafeas, 1999). A única forma de uma comissão de auditoria eficaz ser informada dos desenvolvimentos e questões recentes, em tempo oportuno, é reunindo-se com frequência com os auditores internos e externos. Várias comissões de auditoria fortalecem o seu conhecimento sobre o negócio, reunindo-se algumas vezes por ano (PricewaterhouseCoopers / IIA 2011; Raghunandan et al., 1998)

Pesquisas anteriores mostram a importância da frequência dos encontros da comissão de auditoria. Segundo Hermanson et al. (2000), as comissões de auditoria, de empresas fraudulentas, reúnem-se muito menos do que as comissões de empresas não fraudulentas.

De acordo com Herranz et al (2020), o número médio de vezes que as comissões de auditoria se reúnem na amostra estudada (empresas cotadas de alguns países europeus), é cerca de 6 vezes ao ano. E de acordo com o trabalho de Stewart & Munro (2007) o número de encontros da comissão de auditoria, considerado ideal pelos auditores é entre 2 e 6 vezes ao ano.

As comissões que têm maior experiência, encontram-se com maior frequência. Dado o papel de supervisão que têm os diretores, reunindo-se com maior frequência, a comissão de auditoria parece evidenciar um melhor alinhamento com os interesses dos acionistas, assegurando a qualidade da informação financeira (Herranz et al., 2020).

Abbott & Parker (2000) descobriram que as empresas têm maior probabilidade de nomear um auditor especialista numa indústria, se as suas comissões de auditoria independentes se reunirem pelo menos duas vezes ao ano.

Neste sentido, é expectável que as comissões de auditoria que se reúnam com maior frequência tenham uma menor probabilidade de trocar de auditor externo, visto que, desse modo irão estar mais bem informadas, o que lhes permitirá ter uma monitorização mais

eficaz sobre o auditor externo e desse modo compreender melhor certas questões que possam surgir, o que levará a um aumento da qualidade dos relatórios financeiros.

Posto isto, surge a quarta hipótese deste estudo:

***H4:** Uma maior frequência do número de reuniões realizadas pela comissão de auditoria está relacionada com uma menor probabilidade de substituir o auditor externo da empresa.*

Segundo DeZoort et al (2002), a diligência refere-se à vontade que os membros da comissão têm, para trabalhar em conjunto sempre que necessário, para preparar, fazer perguntas e procurar respostas ao lidar com a gestão, auditores externos, internos e outros.

Outra forma de medir a diligência é o nível de attendance a reuniões. Como tal, de forma a complementar a última hipótese, surge uma quinta, que tem como objetivo ver qual o impacto da participação média nas reuniões da comissão, dado que, existir um grande número de reuniões, por si só não é condição suficiente para uma comissão ser diligente.

***H5:** Uma maior percentagem média de participação nas reuniões está relacionada com uma menor probabilidade de substituir o auditor externo da empresa.*

3. Metodologia e Amostra

3.1. Metodologia

No que diz respeito à recolha de dados, numa primeira fase, foram consultados manualmente os relatórios e contas de cada empresa do FTSE 100, de modo a verificar o último ano em que cada comissão de auditoria selecionou o auditor externo. Posto isto, com recurso à base de dados Eikon, para cada ano em que houve o processo de seleção do auditor externo em determinada empresa, recolheram-se todo o tipo de variáveis, de acordo com o que a revisão de literatura sugeria, relacionadas com as características das comissões de auditoria e algumas de controlo, para esse mesmo ano. Só a variável *AC_Size* é que foi recolhida manualmente com recurso à análise dos relatórios e contas das empresas. De seguida, depois de ter a base de dados formulada, todo o trabalho estatístico foi desenvolvido através da utilização do software SPSS, onde foram realizados essencialmente testes *Logit*.

Tendo por base a revisão de literatura e com intuito de avaliar quais as características das comissões de auditoria que poderão influenciar a substituição do auditor externo, elaborou-se o seguinte modelo econométrico:

$$(1) \text{New_auditor}_i = \beta_1 \text{Board_Diversity}_i + \beta_2 \text{AC_Expertise}_i + \beta_3 \text{AC_size}_i + \beta_4 \text{Meetings}_i + \beta_5 \text{Attendance_Average}_i + \beta_6 \text{LogMktValue}_i + \beta_7 \text{ROIC}_i + \beta_8 \text{Debt/Asset}_i + \varepsilon_i$$

$$(i = 1, \dots, n)$$

Em relação à variável dependente, *New_auditor* é uma variável binária, assumindo o valor 1 nos casos em que a empresa substitui o auditor externo e 0, caso contrário. A informação sobre a mudança do auditor foi recolhida manualmente através da análise dos relatórios e contas das diversas empresas da amostra.

No que toca às variáveis independentes, *Board_diversity*, é um dos vetores usados para medir a composição das comissões de auditoria. Mais especificamente, traduz o grau de diversidade e inclusão dos recursos humanos. Foi usada por de Abbasi et al (2020) e é utilizada para medir a diversidade de género, mais concretamente, representa a percentagem de mulheres no conselho de administração, que irá refletir a diversidade na comissão de auditoria, dado que a comissão de auditoria integra o conselho de administração. Espera-se que esta variável possua um coeficiente negativo, desse modo, um aumento da diversidade de género irá levar a uma diminuição da probabilidade de trocar de auditor externo.

De acordo com o ponto 11.2, secção II da recomendação da EU 2005/162/EC, deve haver membros da comissão de auditoria que possuam experiência financeira, como tal foi criada a variável *AC_expertise*, é um dos vetores que constituem a composição das comissões de auditoria, mais concretamente, é usada para medir o nível de conhecimento financeiro dos recursos humanos, pertencentes à comissão de auditoria. É uma variável binária, que adota o valor 1, nos casos em que a comissão de auditoria tem pelo menos 3 membros e um desses membros é considerado perito financeiro pelos critérios da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário. É expectável que esta variável possua um coeficiente negativo, dessa forma, um maior nível de experiência financeira por parte dos membros

da comissão de auditoria levará a uma menor probabilidade de existir uma substituição do auditor externo.

A variável *AC_Size* é usada para medir um dos vetores da composição das comissões de auditoria, mais concretamente, representa os recursos humanos que a comissão de auditoria tem disponíveis. À semelhança de Herranz et al (2020), é usada para medir o número de elementos das comissões de auditoria, neste estudo em concreto, corresponde ao número de membros das comissões de auditoria, nos anos em que houve a seleção do auditor externo. Como os resultados de estudos anteriores são contraditórios, espera-se que exista uma associação entre a dimensão da comissão de auditoria e a substituição do auditor externo, sem, no entanto, se prever o sinal desta associação.

De forma a medir o nível de trabalho/diligência das comissões de auditoria, que são os vetores que vão representar a *performance* das comissões, foram usadas duas variáveis. A variável *Meetings*, que é calculada através do número de reuniões feitas anualmente, e é semelhante à variável usada por Abbott & Parker (2000) usada para medir a atividade das comissões de auditoria. E a variável *Attendance_Average*, que corresponde à percentagem média de participação nas reuniões. Espera-se que ambas as variáveis possuam um coeficiente negativo, desse modo, tanto um maior número de reuniões anuais, como uma maior participação nessas mesmas reuniões diminuirá a probabilidade de existir uma mudança do auditor externo.

Para além das características que foram mencionadas anteriormente, há outros fatores que podem influenciar a substituição do auditor externo. A variável usada para medir a dimensão é a *LogMktValue* e corresponde ao logaritmo do valor de mercado das empresas (total de ações emitidas multiplicado pelo preço por ação). De forma a medir o efeito que a rentabilidade, em percentagem, pode ter na substituição do auditor externo usou-se a variável *ROIC*. Por último, de modo a medir o efeito da alavancagem, avaliar o efeito do risco na substituição do auditor externo, foi utilizada a variável *debt/asset*, que corresponde ao rácio entre a dívida total e os ativos totais.

De seguida, recorreu-se à utilização do teste VIF (Fator de inflação da variância – *Variance inflation factor*), com o objetivo de analisar a existência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Efetuado o teste, constatou-se que os valores do VIF variaram entre 1,0309 e 1,2195, como se pode ver na tabela I. Como tal, visto que todos

os valores do VIF se encontram abaixo do valor limite indicativo de 5 (Hair, et al., 2017), pode-se concluir que o modelo em questão não apresenta problemas de colinearidade.

TABELA I– VARIANCE INFLATION FACTOR (VIF)

Variável	VIF
<i>Board_diversity</i>	1.1236
<i>AC_expertise</i>	1.0537
<i>AC_size</i>	1.0953
<i>Meetings</i>	1.0309
<i>Attendance_Average</i>	1.0858
<i>LogMktValue</i>	1.2195
<i>ROIC</i>	1.0718
<i>Debt/asset</i>	1.0858

3.2. Descrição da amostra

Com o objetivo de estudar de que forma é que as características das comissões de auditoria vão influenciar a substituição do auditor externo, este trabalho focou-se num conjunto de dados recolhidos das empresas pertencentes ao índice FTSE 100, que representa as 100 maiores empresas cotadas na bolsa de Londres, à data de abril de 2021. Contudo, devido à presença de *outliers*, só se conseguiram utilizar 95 observações.

A escolha do FTSE 100 como amostra de estudo neste trabalho teve como critérios preponderantes o facto de todas as empresas possuírem uma comissão de auditoria. Em adição, outro fator que teve peso nesta escolha foi que, segundo os pontos 25 e 26 do *Financial Reporting Council* (2018), as comissões de auditoria do Reino Unido estão sujeitas a um maior escrutínio, uma vez que têm de ser divulgados no relatório e contas todo o trabalho desenvolvido por estas, o que implica terem de prestar informações ainda mais transparentes do que as comissões de auditoria de outros países.

Na tabela II vem apresentada a distribuição por setor de atividade de todas as empresas da nossa amostra final. Podemos verificar que a amostra se encontra bastante dividida no que toca ao setor em que se inserem as diferentes empresas. Contudo, podemos destacar o setor *Investment Banking & Investment Services*, que representa 8,4% da amostra total e o setor *Metals & Mining*, que tem um peso de 7,4%, sendo estes os setores com maior peso.

TABELA II - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR SETOR DE ATIVIDADE

Setor de Atividade	Nº de Observações	Porcentagem
<i>Aerospace & Defense</i>	3	3,2%
<i>Banking Services</i>	5	5,3%
<i>Beverages</i>	2	2,1%
<i>Chemicals</i>	2	2,1%
<i>Coal</i>	1	1,1%
<i>Collective Investments</i>	1	1,1%
<i>Construction Materials</i>	1	1,1%
<i>Containers & Packaging</i>	3	3,2%
<i>Diversified Industrial Goods Wholesalers</i>	1	1,1%
<i>Diversified Retail</i>	1	1,1%
<i>Electric Utilities & IPPs</i>	1	1,1%
<i>Food & Drug Retailing</i>	3	3,2%
<i>Food & Tobacco</i>	3	3,2%
<i>Healthcare Equipment & Supplies</i>	1	1,1%
<i>Healthcare Providers & Services</i>	1	1,1%
<i>Homebuilding & Construction Supplies</i>	5	5,3%
<i>Hotels & Entertainment Services</i>	6	6,3%
<i>Industrial Conglomerates</i>	1	1,1%
<i>Insurance</i>	5	5,3%
<i>Investment Banking & Investment Services</i>	8	8,4%
<i>Machinery, Tools, Heavy Vehicles, Trains & Ships</i>	3	3,2%
<i>Media & Publishing</i>	2	2,1%
<i>Metals & Mining</i>	7	7,4%
<i>Multiline Utilities</i>	2	2,1%
<i>Oil & Gas</i>	3	3,2%
<i>Passenger Transportation Services</i>	1	1,1%
<i>Personal & Household Products & Services</i>	2	2,1%
<i>Pharmaceuticals</i>	3	3,2%
<i>Professional & Commercial Services</i>	4	4,2%
<i>Residential & Commercial REITs</i>	3	3,2%
<i>Software & IT Services</i>	4	4,2%
<i>Specialty Retailers</i>	3	3,2%
<i>Telecommunications Services</i>	2	2,1%
<i>Water & Related Utilities</i>	2	2,1%
Total	95	100,00%

4. Resultados Empíricos

4.1. Estatística Descritiva

A tabela III contém os resultados da estatística descritiva das várias variáveis que formam o modelo, para o total da amostra.

TABELA III - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – AMOSTRA TOTAL

Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>New_Auditor</i>	95	0,779	1	0,373	0,000	1,000
<i>Board Diversity</i>	95	27,01	27,27	10,52	0,00	54,55
<i>AC_expertise</i>	95	0.967		0	0	1
<i>AC_Size</i>	95	4,27	4,00	1,19	3,00	9,00
<i>Meetings</i>	95	8	7	2	1	15
<i>Attendance_Average</i>	95	96	98	10	13	100
<i>LogMktValue</i>	95	3,96	3,87	0,51	1,90	5,13
<i>ROIC</i>	95	21,71	9,92	98,06	-58,42	906,31
<i>Debt/asset</i>	95	0,250	0,225	0,197	0,000	1,006

Variáveis – *New_auditor*: variável binária que assume o valor 1, caso a empresa tenha substituído de auditor externo e 0, caso contrário; *AC_Size*: corresponde ao número de membros da comissão de auditoria; *AC_expertise*: variável binária que assume o valor 1, nos casos em que a comissão de auditoria tem pelo menos 3 membros e um desses membros é considerado perito financeiro pelos critérios da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário; *Meetings*: corresponde ao número de reuniões anuais da comissão de auditoria; *Attendance_Average*: percentagem média da participação nas reuniões; *Board Diversity*: percentagem de mulheres no conselho administrativo; *LogMktValue*: logaritmo do valor de mercado; *ROIC*: valor percentual do retorno do capital investido; *Debt/asset*: mede a alavancagem, rácio entre a dívida total e os ativos totais.

Através da análise da tabela III, estatística descritiva para a amostra total, podemos concluir sobre a diversidade de género (*Board_diversity*), que em média 27,01% dos membros das comissões de auditoria são do sexo feminino, sendo o desvio padrão de 10,52%. Em relação à experiência financeira da comissão de auditoria (*AC_expertise*), constatou-se que 96,7% das observações possuem pelo menos 1 perito financeiro, em contrapartida só 3,3% é que não. Acerca da dimensão das comissões de auditoria (*AC_Size*), podemos referir que para a nossa amostra obteve-se um valor médio de 4,27 membros, com um desvio padrão correspondente de 1,19. Sobre a variável *Meetings*, constata-se que, para a nossa amostra total, há uma média de 8 reuniões anuais da comissão de auditoria, às quais corresponde um desvio padrão de 2. Por sua vez, a percentagem média de participação nas reuniões, traduzida na variável *Attendance_Average*, é de 96%, com um desvio padrão de 10%.

Analisando as variáveis de controlo, pela tabela III constata-se que a dimensão média das empresas da amostra, medida através do logaritmo do valor de mercado (*LogMktValue*), é de 3,96 unidades, ao qual corresponde um desvio padrão de 0.51. Por sua vez, a rentabilidade, medida através do retorno do capital investido (*ROIC*), na nossa amostra obteve-se um valor médio de 21,71% e um desvio padrão de 98,06%, já sem os *outliers*.

Por último, a variável usada para medir a alavancagem (*Debt/Asset*), tem um valor médio de 0,25 e um desvio padrão correspondente de 0,197.

TABELA IV - ESTATÍSTICA DESCRITIVA - AMOSTRA DIVIDIDA

	Obs.	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>New_auditor</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
<i>New_auditor</i> =0	21	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<i>Board Diversity</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	26,65	27,27	9,81	0,00	46,15
<i>New_auditor</i> =0	21	27,22	27,50	13,73	7,14	54,55
<i>AC_Expertise</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	1	1	0	0	1
<i>New_auditor</i> =0	21	1	1	0	1	1
<i>AC_Size</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	4,42	4,00	1,21	3,00	9,00
<i>New_auditor</i> =0	21	3,36	3,00	,50	3,00	4,00
<i>Meetings</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	8	7	2	1	15
<i>New_auditor</i> =0	21	8	9	1	7	10
<i>Attendance_Average</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	96	98	10	13	100
<i>New_auditor</i> =0	21	97	98	3	89	100
<i>LogMktValue</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	4,03	3,97	,50	1,90	5,13
<i>New_auditor</i> =0	21	3,53	3,65	,35	3,01	4,21
<i>ROIC</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	11,10	9,97	17,81	-58,42	83,70
<i>New_auditor</i> =0	21	88,65	12,53	258,04	-12,23	906,31
<i>Debt/asset</i>						
<i>New_auditor</i> =1	74	,264	,256	,185	0,0000	1,006
<i>New_auditor</i> =0	21	,176	,0176	,268	0,000	0,655

Variáveis – *New_auditor*: variável binária que assume o valor 1, caso a empresa tenha substituído de auditor externo e 0, caso contrário; *AC_Size*: corresponde ao número de membros da comissão de auditoria; *AC_expertise*: variável binária que assume o valor 1, nos casos em que a comissão de auditoria tem pelo menos 3 membros e um desses membros é considerado perito financeiro pelos critérios da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário; *Meetings*: corresponde ao número de reuniões anuais da comissão de auditoria; *Attendance_Average*: percentagem média da participação nas reuniões; *Board Diversity*: percentagem de mulheres no conselho administrativo; *LogMktValue*: logaritmo do valor de mercado *ROIC*: valor percentual do retorno do capital investido; *Debt/asset*: mede a alavancagem, rácio entre a dívida total e os ativos totais.

Analisando agora a estatística descritiva, mas separando a amostra entre empresas que substituíram e empresas que mantiveram o auditor externo (tabela IV), começando pela

variável *Board_diversity*, verifica-se que a percentagem de membros do sexo feminino nas comissões de auditoria é ligeiramente superior nas empresas que mantiveram o auditor externo, em relação às que o substituíram, 27,22% face a 26,65%. Sobre a variável *AC_Size*, constata-se que, nos casos em que houve uma substituição do auditor externo, a dimensão da comissão de auditoria tem um valor médio de 4,42 membros, o que é superior ao valor médio de 3,36 membros das empresas que mantiveram o auditor. Acerca da variável que traduz o número de encontros anuais da comissão de auditoria, *Meetings*, constata-se que tem o mesmo valor médio para a situação em que houve uma substituição do auditor externo e para os casos em que se manteve o auditor, em ambos as situações esse valor foi de 8 reuniões anuais. Contudo, verifica-se que, nos casos em que houve uma substituição do auditor externo, a percentagem média de participação nessas reuniões, *Attendance_Average*, foi ligeiramente inferior em comparação aos casos em que o auditor permaneceu o mesmo, 96% face a 97%.

Por fim, em relação às variáveis de controlo, constatou-se que em média, as empresas que substituíram o auditor externo são de maior dimensão, *LogMktValue*, 4,03 unidades face a 3,53. Sobre a rentabilidade, *ROIC*, verifica-se que nas empresas em que houve a substituição do auditor externo esse valor médio foi bastante inferior relativamente ao das empresas que mantiveram o auditor 11,10% face a 88.65%. E no que toca à alavancagem, medida pelo rácio entre o total da dívida e ativos totais, constata-se que esse valor é em média ligeiramente superior para a amostra de empresas que substituíram o auditor externo, em comparação com as que mantiveram, 0,264 face a 0,176.

TABELA V – TESTE T À IGUALDADE DE MÉDIAS

Variáveis		Estatísticas Descritivas			Teste t	
Designação	Grupos	Média	Desvio-Padrão	Obs.	$\mu_x \neq \mu_y$	p-value
<i>Board_diversity</i>	Substituí	26,65	9,81	74	-0,798	0,427
	Não substituí	27,22	13,73	21		
<i>AC_Size</i>	Substituí	4,42	1,21	74	-2,214	0,029**
	Não substituí	3,36	0,50	21		
<i>Meetings</i>	Substituí	8	2	74	-0,497	0,620
	Não substituí	8	1	21		
<i>Attendance_aver- age</i>	Substituí	3,91	0,77	74	0,308	0,759
	Não substituí	3,92	0,78	21		
<i>LogMktValue</i>	Substituí	4,03	0,50	74	-3,423	0,001***
	Não substituí	3,53	0,35	21		
<i>ROIC</i>	Substituí	11,10	17,81	74	1,000	0,330
	Não substituí	88,65	258,04	21		
<i>Debt/Asset</i>	Substituí	0,264	0,185	74	-0,634	0,528
	Não substituí	0,176	0,268	21		

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

Fazendo um teste T, à igualdade de médias, verifica-se que existe evidência estatística de que as variáveis *LogMktValue* e *AC_Size* tem valores médios diferentes para as empresas que substituíram, e mantiveram auditor. O valor médio das duas variáveis é inferior para as empresas que não mudaram de auditor (classe zero) comparativamente com as empresas que mudaram de auditor (classe um).

À variável *AC_Expertise* não se pode aplicar o teste T pois é uma variável binária.

4.2. Matriz de Correlação

Na tabela VI vem apresentada a correlação de Pearson para as variáveis utilizadas

TABELA VI - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	<i>New_auditor</i>	<i>AC_Expertise</i>	<i>Meetings</i>	<i>Attendance_Average</i>	<i>Board Diversity</i>	<i>AC_Size</i>	<i>LogMktValue</i>	<i>Debt/Asset</i>	<i>ROIC</i>
<i>New_auditor</i>	1								
<i>AC_Expertise</i>	-1,000	1							
<i>Meetings</i>	-0,41	-0,045	1						
<i>Attendance_Average</i>	0,002	-0,040	-0,069	1					
<i>Board Diversity</i>	0,161	0,018	0,045	0,080	1				
<i>AC_Size</i>	0,488**	0,045	-0,051	0,166	0,104	1			
<i>LogMktValue</i>	0,56***	0,215**	-0,011	0,160	0,366***	0,238**	1		
<i>Debt/Asset</i>	0,147	-0,124	0,133	-0,003	0,013	0,047	-0,031	1	
<i>ROIC</i>	0,059	0,026	-0,030	-0,005	-0,029	-0,014	-0,150	-0,144	1

Variáveis – *New_auditor*: variável binária que assume o valor 1, caso a empresa tenha substituído de auditor externo e 0, caso contrário; *AC_Size*: corresponde ao número de membros da comissão de auditoria; *AC_expertise*: variável binária que assume o valor 1, nos casos em que a comissão de auditoria tem pelo menos 3 membros e um desses membros é considerado perito financeiro pelos critérios da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário; *Meetings*: corresponde ao número de reuniões anuais da comissão de auditoria; *Attendance_Average*: percentagem média da participação nas reuniões; *Board Diversity*: percentagem de mulheres no conselho administrativo; *LogMktValue*: logaritmo do valor de mercado *ROIC*: valor percentual do retorno do capital investido; *Debt/asset*: mede a alavancagem, rácio entre a dívida total e os ativos totais.

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

Como se pode verificar pelos valores obtidos, existem algumas correlações positivas e estatisticamente significativas, que são entre as variáveis independentes *LogMktValue* e *Board_diversity* ($r_{\text{LogMktValue,Board_diversity}} = 0,366$), para um nível de significância de 1%, e entre as variáveis *LogMktValue* e *AC_size* ($r_{\text{LogMktValue,AC_size}} = 0,238$) e entre a variável *LogMktValue* e *AC_Expertise* ($r_{\text{LogMktValue,AC_Expertise}} = 0,215$) para um nível de significância de 5%. Estes resultados indicam que quanto maior for o valor de mercado das empresas, maior é a percentagem de mulheres no conselho, maior é o número de membros da comissão de auditoria e maior será a experiência dos membros da comissão de auditoria. O que poderá querer dizer que empresas com um valor de mercado maior, eventualmente serão mais exigentes, mais complexas e como tal poderão necessitar de comissões de auditoria maiores e exigir membros com mais experiência financeira, de modo a conseguirem lidar com todas as especificações que esse trabalho terá.

Verificou-se também que a variável dependente, *New_auditor*, apresenta duas correlações positivas e estatisticamente significativas, com a variável *LogMktValue* ($r_{\text{New_auditor,LogMktValue}} = 0,56$) para uma significância de 1% e com a variável *AC_size* ($r_{\text{New_auditor,AC_size}} = 0,488$), para um nível de significância de 5%. Estes resultados obtidos indicam que, a probabilidade de mudar de auditor aumenta, quando a dimensão da comissão de auditoria é maior e quando o valor de mercado da empresa aumenta.

4.3. Análise dos Resultados

Os resultados do modelo *Logit* são os que aparecem exibidos na tabela VII, com o propósito de identificar quais as características dos membros das comissões de auditoria que poderão influenciar a substituição do auditor externo.

Verificou-se que das 95 observações, apenas 22,1% das empresas mantiveram o auditor externo, o que significa, por outro lado, que 77,9% mudaram.

TABELA VII - RESULTADOS DO MODELO LOGIT

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>Board Diversity</i>	β_1	?	-0,228*	0,057
<i>AC_Expertise</i>	β_2	-	6,375	1
<i>AC_size</i>	β_3	?	4,345*	0,052
<i>Meetings</i>	β_4	-	-1,185*	0,092
<i>Attendance_Average</i>	β_5	-	-0,595*	0,056
<i>LogMktValue</i>	β_6	?	15,592*	0,053
<i>ROIC</i>	β_7	?	0,001	0,936
<i>Debt/asset</i>	β_8	?	8,733**	0,049
Número de observações			95	
<i>Cox & Snell R Square</i>			0,511	
<i>Nagelkerke R Square</i>			0,682	
Teste LR			19,373	
Valor-p			0,004	

Variáveis – *New_auditor*: variável binária que assume o valor 1, caso a empresa tenha substituído de auditor externo e 0, caso contrário; *AC_Size*: corresponde ao número de membros da comissão de auditoria; *AC_expertise*: variável binária que assume o valor 1, nos casos em que a comissão de auditoria tem pelo menos 3 membros e um desses membros é considerado perito financeiro pelos critérios da lei Sarbanes-Oxley e 0, caso contrário; *Meetings*: corresponde ao número de reuniões anuais da comissão de auditoria; *Attendance_Average*: percentagem média da participação nas reuniões; *Board Diversity*: percentagem de mulheres no conselho administrativo; *LogMktValue*: logaritmo do valor de mercado; *ROIC*: valor percentual do retorno do capital investido; *Debt/asset*: mede a alavancagem, rácio entre a dívida total e os ativos totais.

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

É relevante, primeiramente, analisar a significância global dos regressores, de maneira a verificar se em conjunto os seus coeficientes são estatisticamente significativos de forma a conseguirem explicar a variável dependente, *New_auditor*. Como tal, devemos recorrer ao teste LR. Por análise da tabela VII constatamos que, o valor-p do modelo é igual a 0,004, ou seja, vamos rejeitar a hipótese nula com uma significância de 1%, o que nos permite inferir que conjuntamente os regressores têm significância.

Em relação ao poder explicativo do modelo, R^2 , verifica-se que pelo teste *Cox & Snell R Square* 51,1% das mudanças de auditor de auditor externo são explicadas pelas variáveis independentes do modelo. Por sua vez, a análise do teste *Nagelkerke R Square* diz-nos que o modelo tem um poder explicativo de 68,2%. Em ambos os testes se constatam que o modelo é eficaz.

De forma geral, a nível individual constata-se que quase todas as variáveis são estatisticamente significativas. Verifica-se que, as variáveis *AC_size*, *Board_Diversity*, *Meetings*, *Attendance_Average*, e *LogMktValue*, individualmente, são estatisticamente

significativas para um nível de significância de 10%, enquanto a variável *Debt/Asset* é estatisticamente significativa para um nível de 5%. Por outro lado, as variáveis *AC_Expertise* e *ROIC* não são estatisticamente significativas individualmente, não influenciando assim a substituição do auditor externo.

Pormenorizando agora os resultados, no que diz respeito à diversidade de género, o estudo mostra, com 90% de confiança, que existe uma relação negativa e significativa com a probabilidade de substituir o auditor externo ($\beta_1=-0,228$). Valida-se então a primeira hipótese deste estudo, segundo a qual as comissões de auditoria, com uma maior percentagem de membros femininos, têm menor probabilidade de trocar de auditor externo.

Acerca da variável usada para medir a experiência financeira entre os membros da comissão de auditoria ($\beta_2=6,375$), verifica-se que esta variável não é estatisticamente significativa, o que nos leva à conclusão de que não influencia a substituição do auditor externo por parte da comissão de auditoria. Desta forma, não se pode validar a segunda hipótese, em que as comissões de auditoria compostas por membros com experiência financeira teriam menos probabilidades de mudar de auditor externo.

Em relação à terceira hipótese deste estudo, que relacionada a dimensão das comissões de auditoria com a probabilidade de as empresas trocarem de auditor externo, os resultados indicam que existe uma relação positiva e significativa estatisticamente, com 90% de confiança, entre a dimensão da comissão de auditoria e a probabilidade de as empresas mudarem de auditor externo ($\beta_3=4,345$). Confirma-se assim a terceira hipótese, em que as empresas com comissões de auditoria maiores irão ter mais probabilidade de trocar de auditor externo.

Sobre o número de reuniões realizadas anualmente, os resultados indicam com 90% de confiança, que existe uma relação negativa e estatisticamente significativa com a probabilidade de mudar de auditor externo. Assim sendo, confirma-se a quarta hipótese deste estudo, na qual um maior número de reuniões anuais irá diminuir a probabilidade de a comissão de auditoria selecionar um auditor externo diferente ($\beta_4=-1,185$).

Em relação à média de participação nas reuniões, constata-se, com 90% de confiança, que existe uma relação negativa e estatisticamente significativa com a probabilidade de mudar

de auditor externo ($\beta_5 = -0,595$), confirmando-se assim a quinta hipótese. Portanto, quanto maior for a percentagem de participação nas reuniões, menor é a probabilidade de a comissão de auditoria selecionar um auditor externo diferente.

Sobre as variáveis de controlo, o modelo indica a presença de uma relação positiva e significativa, para um nível de significância de 10% entre a probabilidade de a empresa mudar de auditor externo e a dimensão da empresa ($\beta_6 = 15,592$). Portanto, em empresas de maiores dimensões haverá uma maior probabilidade de as comissões de auditoria selecionarem um auditor externo diferente. Acerca da rendibilidade, os resultados indicam que esta não vai ter influência na probabilidade de a empresa trocar de auditor externo. Por último, sobre o rácio *Debt/Asset*, constata-se que tem uma relação positiva e significativa, para um nível de 5% com a probabilidade de a empresa mudar de auditor externo ($\beta_8 = 8,733$). Ou seja, quanto mais elevado for o grau de alavancagem das empresas (maior risco) então, maior será a probabilidade de a comissão de auditoria selecionar um auditor externo diferente.

Estes resultados indicam que a diversidade de género, o número de reuniões realizadas e a participação média nessas mesmas reuniões tiveram, são características das comissões de auditoria que vão estar relacionadas com menores probabilidades de substituição do auditor externo, ou seja, haverá uma menor rotação do auditor. Estas conclusões, de acordo com o trabalho realizado por Jackson et al (2008) poderão aumentar a qualidade da auditoria, uma vez que os autores demonstraram que há uma relação positiva entre a duração do mandato, ou seja, uma menor rotação do auditor, e a qualidade da auditoria.

5. Conclusões, Limitações do Estudo e Pistas de Investigação Futura

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar se as características dos membros das comissões de auditoria (composição e *performance*) exercem influência na substituição do auditor externo. Com recurso à elaboração de um modelo de regressão logística conseguiram-se retirar algumas conclusões.

Apesar de a literatura existente ser escassa no que toca à relação entre as características das comissões de auditoria e a substituição do auditor externo, com base nos artigos que foram elaborados previamente, mais focados nas características das comissões,

formulámos algumas hipóteses e os resultados vão ao encontro, pelo menos parcialmente, aos da literatura. Confirmou-se, tal como se previa, que algumas características das comissões de auditoria são capazes de influenciar a substituição do auditor externo.

Mais concretamente, os resultados permitem-nos concluir que, quando a diversidade de género nas comissões de auditoria é maior, então há uma menor probabilidade de existir uma substituição do auditor externo, o que pode ser explicado pelo facto de as mulheres serem tendencialmente mais avessas ao risco e por uma maior percentagem de membros femininos nas comissões estar associado a uma monitorização mais eficaz da gestão, o que é associado a melhorias na qualidade da auditoria.

Adicionalmente, os resultados também nos permitem concluir que, ao contrário do que se esperava, a experiência financeira dos membros da comissão de auditoria não parece influenciar as decisões acerca da substituição do auditor externo. Isto pode-se dever ao facto de as empresas serem obrigadas a ter na sua comissão de auditoria membros com experiência financeira, não existindo, portanto, variabilidade.

Em relação à dimensão da comissão de auditoria, os resultados vão de encontro ao que foi formulado na hipótese. As comissões com maior número de membros vão ter maior probabilidade de substituir o auditor externo da empresa. Isto pode dever-se ao facto de um maior número de membros poder levar a problemas relacionados com as dinâmicas de grupo e a sua coesão, pois será mais difícil atingir consensos. Decorrente disto, é expectável que haja problemas na monitorização e controlo feitos pela comissão, o que poderá prejudicar a relação com o auditor externo.

Sobre a quarta hipótese, verificou-se que foi de encontro ao previsto. Ou seja, um número maior de reuniões da comissão de auditoria está associado a uma menor probabilidade de existir uma substituição do auditor externo da empresa. Isso pode-se dever ao facto de os membros dessas comissões estarem mais bem informados, o que lhes permitirá ter uma monitorização mais eficaz sobre o auditor externo e desse modo compreender melhor certas questões que possam surgir. O mesmo princípio se aplica à quinta hipótese deste estudo, que mede a participação média nas reuniões. Ficou demonstrado que, quanto maior foi a participação dos membros da comissão de auditoria nas reuniões, menor é a probabilidade de substituir o auditor externo.

O estudo desenvolvido e os seus resultados vão, em primeiro lugar, enriquecer a literatura sobre *Corporate Governance*, relativamente às características dos membros das comissões de auditoria e a relação que estas têm com a substituição do auditor externo numa empresa. Ainda há uma considerável escassez de estudos sobre este tópico em concreto, conseqüentemente, estes resultados podem ser utilizados pela gestão das empresas, de forma a otimizar as relações entre as comissões de auditoria e o auditor externo, o que poderá trazer benefícios no que toca a melhorar a qualidade da auditoria.

É importante salientar que este estudo apresenta algumas limitações. Pode-se destacar o facto de as variáveis que foram usadas para representar o *Corporate Governance*, ou seja as características das comissões de auditoria são essencialmente as que se encontravam disponíveis na base de dados Eikon. Adicionalmente, este estudo tem como limitação a amostra ser composta unicamente por empresas cotadas na bolsa de Londres, pertencentes ao índice FTSE100, o que também poderá também ter influência nos resultados finais.

Deste modo, torna-se importante referir como pista de investigação futura um novo estudo, mas que tenha por base uma amostra mais alargada, constituída por empresas do mesmo país ou eventualmente de diferentes países. Em adição, também seria interessante desenvolver um estudo comparativo, mas que tivesse em conta a legislação europeia, que entrou em vigor em 2016, que limita o número de anos do mandato do auditor externo, com o objetivo de perceber se as características das comissões de auditoria que influenciam a substituição do auditor externo, quando há uma limitação no mandato desse auditor, são as mesmas, ou se há alguma alteração.

6. Referências Bibliográficas

- Abbasi, K., Alam, A., & Bhuiyan, M. B. U. (2020). Audit committees, female directors and the types of female and male financial experts: Further evidence. *Journal of Business Research*, *114*, 186–197. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.04.013>
- Abbott, L., & Parker, S. (2000). Auditor Selection and Audit Committee Characteristics. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, *19*(2), 47–66.
- Axelrod, R. (1986). An Evolutionary Approach to Norms. *The American Political Science Review*, *80*(4), 1095–1111.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, *84*(2), 191–215.
- Batista, C (2009). *As variáveis determinantes na escolha do modelo de corporate governance em Portugal* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, Portugal). Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56107/2/AS%20VARIVEIS%20DETERMINANTE%20NA%20ESCOLHA%20DO%20MODELO%20DE%20CORPORATE.pdf>
- Baysinger, B. D., & Butler, H. N. (1985). Corporate Governance and the Board of Directors: Performance Effects of Changes in Board Corporate Governance and the Board of Directors: Performance Effects of Changes in Board Composition. *Journal of Law, Economics, & Organization*, *1*(1), 101–124.
- Bhasin, M., & Shaikh, J. M. (2012). Corporate governance through an audit committee: an empirical study. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, *4*(4), 339–365.
- Carcello, J. v, & Neal, T. L. (2000). Audit Committee Composition and Auditor Reporting. *The Accounting Review*, *75*(4), 453–467.
- Carcello, J. v, & Neal, T. L. (2003). Audit Committee Characteristics and Auditor Dismissals following “New” Going-Concern Reports. *The Accounting Review*, *78*(1), 95–117.

- Chen, K. Y., & Zhou, J. (2007). Audit Committee, Board Characteristics, and Auditor Switch Decisions by Andersen's Clients. *Contemporary Accounting Research*, 24(4), 1085–1117. <https://doi.org/10.1506/car.24.4.2>
- Collier, P., & Gregory, A. (1999). Audit committee activity and agency costs. *Journal of Accounting and Public Policy*, 18, 311–332.
- DeZoort, F. T., Hermanson, D. R., Archambeault, D. S., & Reed, S. A. (2002). Audit Committee Effectiveness: A Synthesis of the Empirical Audit Committee Literature. *Journal of Accounting Literature*, 21, 38–75. <http://digitalcommons.kennesaw.edu/facpubs>
- Evans, C. R., & Dion, K. L. (1991). Group Cohesion and Performance: A Meta-Analysis. *Small Group Research*, 22(2), 175–186. <https://doi.org/10.1177/1046496491222002>
- Financial Reporting Council (FRC). (2017). Audit Tenders: Notes on best practice, February 2017. Obtido de https://www.frc.org.uk/getattachment/53c85956-d712-47d2-989f-2f8eff42be29/Audit-Tenders_notes-on-best-practice-Feb-2017.pdf
- Financial Reporting Council (FRC). (2018). The UK Corporate Governance Code, July 2018. Obtido de <https://www.frc.org.uk/getattachment/88bd8c45-50ea-4841-95b0-d2f4f48069a2/2018-UK-Corporate-Governance-Code-FINAL.PDF>
- Francis, J. R., Michas, P. N., & Yu, M. D. (2013). Office Size of Big 4 Auditors and Client Restatements. *Contemporary Accounting Research*, 30(4), 1626–1661. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12011>
- Ghafran, C.M., & O'Sullivan, N. (2017). The impact of audit committee expertise on audit quality: Evidence from UK audit fees. *The British Accounting Review*, 49(6), 578–593.
- Goodwin, J. (2003). The Relationship Between the Audit Committee and the Internal Audit Function: Evidence from Australia and New Zealand. *International Journal of Auditing*, 7, 263–278.
- Hair, J. J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C. & Sarstedt, M., (2017). *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. 2nd Edition. Los Angeles: Sage Publications.

- Hermanson, D., Beasley, M. S., Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Lapedes, P. D. (2000). Fraudulent Financial Reporting: Consideration of Industry Traits and Corporate Governance Mechanisms. *Accounting Horizons*, 14(4), 441–454.
- Herranz, C., Lopez-Iturriaga, F., & Reguera-Alvarado, N. (2020). Audit committee expertise in large European firms. *Managerial Auditing Journal*, 35(9), 1313–1341. <https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2478>
- Hillman, A. I., & Dalziel, T. (2003). Boards of directors and firm performance: integrating agency and resource dependence perspectives. *Management Review*, 28(3), 383–396.
- Huang, X., & Kang, F. (2018). Company reputation and auditor choice: evidence from fortune 1000 companies. *Accounting Research Journal*, 31(2), 232–248. <https://doi.org/10.1108/ARJ-06-2015-0079>
- Iyer, V. M., Bamber, E. M., & Griffin, J. (2013). Characteristics of audit committee financial experts: An empirical study. *Managerial Auditing Journal*, 28(1), 65–78. <https://doi.org/10.1108/02686901311282506>
- Jackson, A. B., Roebuck, P., & Moldrich, M. (2008). Mandatory audit firm rotation and audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 23(5), 420–437. <https://doi.org/10.1108/02686900810875271>
- Kalbers, L. P., & Fogarty, T. J. (1993). Audit committee effectiveness: An empirical investigation of the contribution of power. *American Accounting Association*, 12(1).
- Li, X. (Daniel), Sun, L., & Ettredge, M. (2017). Auditor selection following auditor turnover: Do peers' choices matter? *Accounting, Organizations and Society*, 57, 73–87. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2017.03.001>
- Lisic, L. L., Myers, L. A., Seidel, T. A., & Zhou, J. (2019). Does Audit Committee Accounting Expertise Help to Promote Audit Quality? Evidence from Auditor Reporting of Internal Control Weaknesses. *Contemporary Accounting Research*, 36(4), 2521–2553. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12517>

- McDaniel, L., Martin, R. D., & Maines, L. A. (2002). Evaluating Financial Reporting Quality: The Effects of Financial Expertise vs. Financial Literacy. *The Accounting Review*, 77, 139–167. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.139>
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2005). “Recomendação da Comissão, de 15 de fevereiro de 2005, relativa ao papel dos administradores não executivos ou membros do conselho de supervisão de sociedades cotadas e aos comités do conselho de administração ou de supervisão.” *Jornal Oficial da União Europeia*. Obtido de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2005.052.01.0051.01.POR
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014). “Regulamento (UE) n. °537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão Texto relevante para efeitos do EEE”. *Jornal Oficial da União Europeia*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32014R0537>
- Pomeroy, B. (2010). Audit Committee Member Investigation of Significant Accounting Decisions. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 173–205. <https://doi.org/10.2308/aud.2010.29.1.173>
- Powell, M., & Ansic, D. (1997). Gender differences in risk behaviour in financial decision-making: An experimental analysis. *Journal of Economic Psychology*, 18, 605–628.
- Pucheta-Martínez, M. C., & Fuentes, C. de. (2007). The Impact of Audit Committee Characteristics on the Enhancement of the Quality of Financial Reporting: An Empirical Study in the Spanish Context. *Corporate Governance: An International Review*, 15(6), 1394–1412.
- PwC. (2011). *Audit Committee Effectiveness- What Works Best*. 4th Edition, Florida: The IIA Research Foundation. Obtido de <https://www.pwc.com/jg/en/publications/audit-comm-effectiveness-what-works-best-2011.pdf>

- Raghunandan, K., Rama, D. v., & Scarbrough, D. P. (1998). Accounting and Auditing Knowledge Level of Canadian Audit Committees: Some Empirical Evidence. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 7(2), 181–194.
- Securities Market Association. (2015). Finnish Corporate Governance Code. Obtido de https://www.nasdaq.com/docs/Finnish-corporate-governance-code-2015_EN.pdf
- Srinidhi, B., Gul, F. A., & Tsui, J. (2011). Female Directors and Earnings Quality. *Contemporary Accounting Research*, 28(5), 1610–1644. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01071.x>
- Stewart, J., & Munro, L. (2007). The Impact of Audit Committee Existence and Audit Committee Meeting Frequency on the External Audit: Perceptions of Australian Auditors. *International Journal of Auditing*, 11, 51–69.
- Sultana, N., Singh, H., & van der Zahn, J. L. W. M. (2014). Audit Committee Characteristics and Audit Report Lag. *International Journal of Auditing*, 19(2), 72–87. <https://doi.org/10.1111/ijau.12033>
- Terjesen, S., & Sealy, R. (2016). Board Gender Quotas: Exploring Ethical Tensions from A Multi-Theoretical Perspective. *Business Ethics Quarterly*, 26(1), 23–65. <https://doi.org/10.1017/beq.2016.7>
- Terjesen, S., Aguilera, R. v., & Lorenz, R. (2015). Legislating a Woman’s Seat on the Board: Institutional Factors Driving Gender Quotas for Boards of Directors. *Journal of Business Ethics*, 128, 233–251. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2083-1>
- U.S. Securities and Exchange Commission (SEC). (2000). Annual Report. Obtido de <https://www.sec.gov/reportspubs/annual-reports/aboutannrep00shtml.html>
- Vafeas, N. (1999). Board meeting frequency and firm performance. *Journal of Financial Economics*, 53, 113–142.
- Zalata, A. M., Tauringana, V., & Tingbani, I. (2018). Audit committee financial expertise, gender, and earnings management: Does gender of the financial expert matter? *International Review of Financial Analysis*, 55, 170–183. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2017.11.002>

Zhang, Y., Zhou, J., & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(3), 300–327. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2007.03.001>